



**EDITAL DE PREGÃO Nº 025/2015 - PMP
PROCESSO Nº 2565/2015**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS PARA AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, Centro, Paracambi-RJ inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **Menor Preço por Item, EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS** para atender as necessidades da Sec. de Educação e Esportes, conforme descrito neste Edital e seus anexos, e de conformidade com a Lei n.º 10.520/2002, pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal n.º 947, de 08 de dezembro de 2009, Lei Complementar Federal n.º 128, de 19 de dezembro de 2008 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital, e respectivos anexos, deverão ser entregues no seguinte local, data e horário:

Local, dia e hora para início do credenciamento e da abertura dos envelopes:

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI - Rua Juiz Emílio Carmo- 71 - Centro - Paracambi-RJ.

DATA: 26 de agosto de 2015

HORA: 15:00 HORAS

1- DO OBJETO

- 1.1- O presente **Pregão Presencial Exclusivo para participação de Microempreendedor Individual, Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativas tem por objeto a aquisição de divisórias**, conforme especificações no processo e condições constantes deste Edital e seus anexos, conforme art. 44 da Lei Municipal n.º 947/2009.
- 1.2- A Compra dos materiais serão para atendimento as Escolas Municipais Pref. Hélio Ferreira da Silva, Ponte Coberta, Hortência Phirro do Valle, Floresta, Gov. Roberto Silveira e Dias da Costa.

2 - DO PRAZO, FATURAMENTO E DE ENTREGA DO OBJETO

- 2.1- As entregas dos materiais serão imediata e integral, cuja relação contratual terá execução instantânea, devendo ocorrer em até 10 dias da data de retirada da nota de empenho e o faturamento em até 30 dias após a entrega do objeto conforme endereço no termo de referência.

3- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



3.1 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, compatíveis com o objeto da licitação, conforme art. 44 da Lei Municipal n.º 947/09 e o art. 48 inciso I da Lei Complementar Federal n.º 123/06.

3.2 – É permitida a participação de **COOPERATIVA**, que atendam a Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, posteriormente alterado pela Lei n.º 6.981, de 30 de março de 1982, que sendo os fins e objetivos das cooperativas - constantes de seus atos constitutivos ou estatutos - compatíveis com o objeto da licitação e restando devidamente comprovado que possuem os requisitos mínimos exigidos pelo respectivo instrumento convocatório e que não tenham aferido faturamento superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), conforme art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.3 – Não serão admitidas a esta licitação empresas que não atendam ao estabelecido nos itens 3.1 e 3.2 deste edital e ainda, sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com o Município ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência, ou concordata, ou sob concurso de credores, ou em dissolução ou em liquidação. Também é vedada a participação de empresa estrangeira sem autorização de funcionamento em território nacional.

4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS.

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, os Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 7.2.2. deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

5- DO CREDENCIAMENTO

5.1- Cada proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo sua Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2- O Credenciamento deverá ser feito por meio de instrumento público de procuração ou por instrumento particular, com firma reconhecida, outorgando poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do



proponente. Nos casos de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o mesmo deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1- A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima determinados, em 02 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos seguintes requisitos:

- a) **Envelope A: Proposta de Preço.**
- b) **Envelope B: Documento de Habilitação**, composto pelos documentos relacionados no item 7 deste Edital.

6.2- Os envelopes deverão conter, em sua parte externa, os dizeres:

**Envelope A – Proposta de Preço
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
PREGÃO Nº 025/2015 - PMP
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**Envelope B – Documentação de Habilitação
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
PREGÃO Nº 025/2015 - PMP
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

6.3- As Propostas de Preços deverão ser preparadas e entregues em envelopes, em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografadas ou impressas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, de acordo com os modelos constantes dos Anexos, observando-se ainda o seguinte:

- 6.3-1. Conter cotação em moeda corrente nacional (R\$), expressa em algarismo e por extenso e indicação da especificação do objeto licitado com marca;
- 6.3-2. Conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais um resultado;
- 6.3-3. Ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.
- 6.4- A Proposta de Preço deverá ainda conter o nome ou razão social do proponente, o endereço completo, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico, (se houver).
- 6.4-1. Banco, agência e número de conta corrente para depósito bancário do pagamento, caso seja a vencedora do certame;



7- DA HABILITAÇÃO

- 7.1- A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 6.2 deste Edital.
- 7.2- O proponente deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação da presente licitação:

7.2.1 - Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.1.1 - **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** ficará dispensado de apresentar a documentação prevista no item 7.2.1, deste Edital. Deverá então apresentar o documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso do Microempreendedor Individual – MEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com.br>.

7.2.1.2 - Quando se tratar de **COOPERATIVA**, além dos documentos acima exigidos, deverão ser apresentados os seguintes instrumentos:

- a. Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;
- b. Para efeito de habilitação jurídica a ser demonstrada nos termos do art. 28 da Lei 8.666/93, as Cooperativas deverão observar o disposto na legislação vigente sobre cooperativas.
- c. Relação nominal e respectiva qualificação (identidade, CPF, endereço, etc.) de todos os cooperados que farão parte da equipe que executará o objeto licitado.

7.2.2 - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo a regularidade relativo à Seguridade Social (CND), ou certidão com restrição;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou certidão com restrição;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, ou certidão com restrição;



- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ou certidão com restrição;

7.2.3 - **Habilitação Trabalhista:**

- a) CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.2.4 – **Declaração que não emprega menor:**

- a) Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

7.2.5 - **Qualificação Técnica:**

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto da licitação, através de atestados de capacidade técnica.

7.2.6 - **Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhada com a **CHP- Certificado de Habilitação Profissional**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG \geq 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

- c) Comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, art. 31 da Lei 8.666/93.
- d) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica;
- e) Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

- 7.3- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão



da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

- 7.4- Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 7.5- Os licitantes **cadastrados e habilitados parcialmente** no Sistema de Cadastramento da Prefeitura, em situação de regularidade, comprovada por meio de consulta ao sistema, apresentarão as seguintes documentações:
- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo a prova de regularidade relativo à Seguridade Social (CND), ou certidão com restrição;
 - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com a referida PG5;
 - d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, ou certidão com restrição;
 - e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, ou certidão com restrição;
 - f) Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
 - g) Certificado de Cadastramento junto à Prefeitura Municipal de Paracambi;
 - h) Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa fora do envelope.

8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO

- 8.1- A reunião para recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos de Habilitação, bem como a abertura dos envelopes da Proposta de Preço, será pública, dirigida por um Pregoeiro em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.
- 8.2- No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para a formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, e, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 4 deste Edital, e também os licitantes deverão apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002.
- 8.3- Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 8.4- Em seguida, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 8.5 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a



participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.5.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6 - Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), ou apurar informações junto ao Setor de Contabilidade da Administração Municipal, para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

8.6.1 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

9- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.

9.1- A presente licitação é do tipo **menor preço por item** sendo que o julgamento das propostas será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que ofertar o menor preço por item.

9.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica pela comissão.

9.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos.

9.4- Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os objetos serem realizados sem quaisquer ônus adicionais.

9.5- Serão desclassificados as Propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, as que apresentarem preços superiores ao estimado pela Administração, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento.



- 9.6- Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a Proposta de **menor preço por item**, para o objeto definido neste Edital e seus anexos, bem como os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquele ou, ainda, as 03 (três) melhores ofertas, conforme o disposto no inciso IX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 9.7- Aos proponentes proclamados, conforme item 9.6, retro, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 9.8- Encerrada a etapa competitiva do Pregão, as ofertas para o objeto definido neste Edital e seus anexos serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço.
- 9.9- O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.10- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento pelo proponente que a tiver formulado das condições habilitatórias, com base na documentação de habilitação, conforme item 7 deste edital.
- 9.11- Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.
- 9.12- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às condições habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.
- 9.13- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes no item 11 deste Edital.
- 9.14- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes do júri e pelos representantes dos proponentes presentes.
- 9.15- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a Proposta será desclassificada.

10- DOS RECURSOS

- 10.1- Dos atos praticados pelo pregoeiro decorrentes da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02.
- 10.2- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias.
- 10.3- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e da adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
- 10.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.



- 10.5- Após a realização do Pregão, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emilio Carmo, 50, Centro, Paracambi-RJ.
- 10.6- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos autos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com o inciso XIX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

11.1.1 - advertência por escrito;

11.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

11.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

11.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

11.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

11.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

11.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

11.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

11.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

11.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

11.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

11.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;



- 11.3 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 11.1.
- 11.4 - A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.
- 11.5 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:
- 11.5.1 - deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - 11.5.2 - apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 11.5.3 - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - 11.5.4 - não mantiver a proposta;
 - 11.5.5 - falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
 - 11.5.6 - comportar-se de modo inidôneo;
 - 11.5.7 - cometer fraude fiscal.
- 11.6 - A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- 11.7 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

12- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1- As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados das:

Sec. Municipal de Educação, para o exercício de 2015, no programa de trabalho 12.01.12.361.0021.2033 – 33.90.30.00.00.00.00 despesa 317;

13- DO VALOR

- 13.1- O valor global para o presente objeto foi estimado em R\$15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais).

13.2- Para execução do presente processo, serão utilizadas as cotações de preço que foram realizadas pelo Departamento de Compras;

14- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1- O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.



- 14.2- O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.
- 14.3- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 14.4- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 15.1- É obrigação do licitante vencedor enviar preposto habilitado a subscrever o instrumento contratual dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que deverá ser expedida em no máximo 10 (dez) dias da publicação da homologação do certame.
- 15.2- Será considerada recusa formal:
 - a) A não entrega dos referidos materiais.
 - b) A entrega dos materiais contratados em desacordo com as cláusulas do Contrato, das condições deste Edital e seus anexos, e da proposta de preços.
- 15.3- O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Comissão de Licitação.
- 15.4- O recebimento da notificação dentro do prazo de validade da proposta implicará, necessariamente, na prorrogação deste prazo e, em consequência disso, não terá valor a recusa do licitante, ao cumprimento do dever de contratar, baseada em alegação de decurso de prazo de validade de sua proposta.
- 15.5- A proposta cujo prazo de validade estiver esgotado será considerada prorrogada por 30 (trinta) dias corridos, se o proponente, consultado a respeito, se pronunciar formalmente dentre de 03(três) dias úteis.
- 15.6- É facultado à Administração do Município, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.



- 15.7- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.
- 15.8- O Município de Paracambi reserva o direito de rescindir o ajuste, sem que caiba a licitante adjudicatária o direito de indenização de qualquer espécie, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a empresa:
- a) Não cumprir as obrigações estipuladas neste Edital.
 - b) Falir ou dissolver sociedade.
 - c) Transferir os seus encargos a terceiros no todo ou em parte sem prévia anuência do Contratante.
 - d) Deixar de efetuar o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis das multas que lhe venham a ser impostas.

16- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE VENCEDOR.

- 16.1- O proponente vencedor se obriga a cumprir fielmente o estipulado neste Edital e na proposta de preços e, em especial:
- a) iniciar a entrega dos materiais no prazo estabelecido neste Edital e seus anexos, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, em perfeitas condições;
 - b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
 - c) manter todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, até o encerramento dos compromissos pactuados;

17- DA CONTRATAÇÃO.

- 17.1- Findo o processo licitatório, a Prefeitura adjudicará o objeto do instrumento de convocação ao proponente vencedor.
- 17.2- O proponente vencedor terá o prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação, para retirar a Nota de Empenho e ou assinar o instrumento contratual.
- 17.3- Caso transcorra o prazo citado acima sem que o contrato tenha sido assinado ou o empenho retirado, a sessão será retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação, na forma do item 15.5.
- 17.4- Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 17.5- Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital.
- 17.6- Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste certame licitatório, além da Proposta Comercial a ser praticada por ele.

18- DO RECEBIMENTO DO OBJETO.



- 18.1- Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
- a) provisoriamente, na forma prevista na alínea “a” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
 - b) definitivamente, na forma prevista na alínea “b” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
- 18.2- O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas despesas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 18.3- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 19.1- O Presente Edital e seus anexos, bem como a Proposta Comercial do proponente vencedor farão parte integrante do Processo nº 2565/2015.
- 19.2- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 19.3- Fica assegurado à contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 19.4- No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.5- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.6- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 19.11- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 19.12- Após a apresentação da Proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 19.13- O proponente vencedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação para o objeto definido.
- 19.14- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.
- 19.15- Acompanham este Edital os seguintes anexos:
- Anexo I - Modelo de termo de referência e valores estimados e modelo de proposta de preços
Anexo II - Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes
Anexo III - Modelo de Declaração Trabalhista
Anexo IV - Modelo de Minuta do Contrato.
Anexo V – Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
Anexo VI – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
- 19.16- Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro Marcos Antonio Ferreira da Silva, no telefone 021- 2683-9103.
- 19.17- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.18- Aplicar-se-á a presente relação contratual, no que couber, as normas da Lei 8.078/90.
- 19.19- O foro da Cidade de Paracambi, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas à presente licitação, com exclusão de qualquer outro.

Paracambi, 14 de agosto de 2015.

Marcos Antonio Ferreira da Silva
Pregoeiro Municipal



ANEXO I

PREGÃO Nº 025/2015 - PMP

TERMO DE REFERÊNCIA E VALORES ESTIMADOS

Objeto: Aquisição de materiais para atender as necessidades da Sec. Municipal de Educação e Esportes;

Tipo Cotação: Por Item

Item	Cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Unitário
01	287365	lã de vidro de 75mm para tratamento acústico. /	317	Metro(s)	5,0000	316,00
02	287367	painel para divisório, completo, texturizado, com miolo tipo colmeia. /	317	Metro(s) Quadrad o(s)	100,0000	128,00
03	287366	porta para divisória, completa. /	317	Unidade	5,0000	219,50

PRAZO DE VIGÊNCIA, FATURAMENTO E ENTREGA:

- O fornecimento dos materiais deverá ser entregue imediatamente, e o faturamento do fornecimento deverá ser 30 dias após a entrega. As entregas ocorrerão conforme solicitação dos responsáveis pelas unidades beneficiadas.
- A relação contratual poderá ser prorrogada na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

O RECEBIMENTO DO OBJETO OCORRERÁ:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que ocorrerá em até 15 dias.

LOCAIS DE ENTREGA:

E M PREF HELIO FERREIRA DA SILVA
END: Rua Aracajú- s/n BNH- Paracambi

E M PONTE COBERTA
END Estrada Eduardo Pereira Dias- km 15- Ponte Coberta



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



E M HORTÊNCIA PHIRRO DO VALLE
END: Rua Santa Terezinha- 245- Guarajuba

E M DA FLORESTA
END: Estrada da Light- 2576- Floresta

E M GOV ROBERTO SILVEIRA
END: Rua Luiz José Amorim- 54- Lages

E M DIAS DA COSTA (01)
END: Rua Prefeito Moracy Franco- 300- Jardim Nova Era

DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO OBJETO

O objeto será recebido e fiscalizado por servidores designados pelo órgão requisitante após a subscrição do instrumento contratual.



ANEXO II

PREGÃO Nº 025/2015 - PMP

MODELO DAS PROPOSTA-DETALHE/PREÇOS

Objeto: Aquisição de materiais para atender a Sec. Municipal de Educação e Esportes.

Tipo Cotação: Por Item

..... inscrita no
CNPJ nº, sediado no endereço,
....., telefone (XX) XXXX-XXXX
com o e-mail. por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº, apresenta a seguinte
proposta com validade de., a ser feito o pagamento, em caso de
contratação, no Banco, agência e número de conta corrente
....., para participação no Pregão n.º XXX/2015.

Item	Cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Total
01	287365	lã de vidro de 75mm para tratamento acústico. /	317	Metro(s)	5,0000		
02	287367	painel para divisório, completo, texturizado, com miolo tipo colmeia. /	317	Metro(s) Quadrad o(s)	100,0000		
03	287366	porta para divisória, completa. /	317	Unidade	5,0000		



ANEXO III

Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(a) _____
nome e número da identidade do declarante



ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em _____ de _____ 2015

Representante legal da empresa



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO Nº
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Contratante: Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo Prefeito Municipal o Sr. Tarciso Gonçalves Pessoa, brasileiro, casado, xxxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.204.221/0001-93, sediada à Rua xxxxxx, Bairro xxx, Cidade xxxxx, CEP xxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxx – órgão expedidos, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado à Rua xxxxxx.

Nos termos da proposta da Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecemos aquisição de materiais, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. xxx/15, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em xx/xx/15, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR
1					

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO



2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

R\$ (xxxxxxxxxxxxxx reais);

Sec. Municipal de Educação e Esportes, constituindo o valor total de R\$ (xxxxxxxxxxxxxx reais);

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2015, no programa de trabalho:

.....despesa....., conforme nota de empenho nº xxx/2015.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, contados do, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Nota Explicativa: Deve guardar conformidade com o Edital.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:



- 4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;
- 4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;
- 4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;
- 4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 – Da Contratada:

- 4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº./2015;
- 4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;
- 4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;
- 4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº./2015;
- 4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;
- 4.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

- 5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES



6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, de de 2015.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito Municipal de Paracambi

...../CONTRATADA

.....

Diretor

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF

.....



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2015.

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no item 3 – Condições para Participação do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(☐) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Lei Complementar Federal nº 128, de 14/12/2006;

(☐) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

(☐) **COOPERATIVA**, conforme Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, posteriormente alterado pela Lei n.º 6.981, de 30 de março de 1982, que não tenham aferido faturamento superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), conforme art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua equipe de apoio juntamente com os envelopes nº 1 e nº 2, porém fora dos envelopes junto aos documentos de credenciamento, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º 123/2006 e a Lei Municipal n.º 947/2009.



ANEXO VII

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

DECLARAÇÃO

Nós, da empresa, _____, CNPJ _____, inscrição estadual nº _____, sediada à rua _____, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG _____, PROC. _____, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

_____, de _____ de _____.

Representante legal da empresa

Ident:

CPF: